

Jornal comunitário e interações discursivas: entre desigualdades deliberativas e luta por reconhecimento*

Ricardo Fabrino Mendonça**

Resumo

A partir de uma concepção deliberativa de democracia, este trabalho busca analisar o papel que meios comunitários desempenham em lutas sociais, ao criar um espaço para a expressão e o intercâmbio de razões em público. O objetivo é examinar como tais meios participam da configuração de redes discursivas em torno de certas temáticas, possibilitando a construção de argumentos mais robustos e publicamente defensáveis. Para proceder a essa análise, estudamos discursos configurados no interior de um jornal produzido por um movimento social específico: o Morhan – *Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase*. Circunscrevemos os debates investigados a uma temática (a implantação do regime terapêutico poliquimioterápico no Brasil) e baseamo-nos em uma metodologia calcada em uma junção entre *análise de enquadramento* e *análise argumentativa*. As conclusões do artigo corroboram a hipótese de que as trocas comunicativas viabilizadas por um meio comunitário permitem a complexificação de questões ao levantar as múltiplas dimensões de um problema.

Palavras-chave: Jornal comunitário. Deliberação pública. Comunicação sem sujeito. Hanseníase.

* Texto apresentado no VII Congresso Internacional de Comunicação Lusófona (Lusocom), realizado na Faculdade de Ciências da Comunicação da USC em Santiago de Compostela (Espanha).

** Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG. Bolsista da Fapemig e pesquisador do EME (Grupo de Pesquisa em Mídia e Espaço Público). E-mail: ricardo.mendonca@anu.edu.au

Abstract

This paper studies the role of communitarian media in social struggle. Adopting the concept of deliberative democracy, we seek to analyze how this kind of media can be used as a *locus* for public interaction and debate. We aim at understanding how this media participate in the formation of discursive nets about certain issues, enabling the constitution of stronger and publicly defensible arguments. In order to do so, we investigate discourses made visible by a newspaper produced by a Brazilian social movement: Morhan (Movement for the reintegration of people with Hansen's disease). We have circumscribed the debates studied to a specific theme (the implementation of multidrug therapy in Brazil) and we analyze them based on methodological procedures that combine *frame analysis* and *argumentative analysis*. The paper's conclusions corroborate the hypothesis according to which argumentative exchanges in communitarian media allow the complexification of issues as they raise several dimensions of a problem.

Keywords: Communitarian newspaper. Public deliberation. Subjectless communication. Hansen's Disease (Leprosy).

Resumen

Ese artículo analiza el papel de la comunicación comunitaria en los procesos de luchas sociales. A partir de una concepción deliberativa de la democracia, buscamos comprender como este tipo de comunicación participa de la creación de espacios de expresión e intercambio de razones en público. El objetivo es examinar la manera por la cual estos medios participan de la configuración de redes discursivas sobre determinadas temáticas, posibilitando la construcción de argumentos más fuertes y públicamente justificables. Para hacerlo, estudiamos discursos contruidos por un periódico producido por un movimiento social específico: el Morhan — Movimiento de Reintegración de las Personas Afectadas por la Lepra. Limitamos los debates investigados a una temática (la implantación de la poliquimioterapia en Brasil) y empleamos procedimientos metodológicos asentados en el *análisis de encuadramiento* y el *análisis argumentativo*. Las

conclusiones del estudio corroboran la hipótesis de que los cambios comunicativos viabilizados por un medio comunitario posibilitan la complexificación de las cuestiones porque levantan múltiples dimensiones de un problema.

Palabras-clave: Periódico comunitario. Deliberación pública. Comunicación sin sujeto. Lepra.

Introdução

Nojo e medo são alguns dos sentimentos mais associados à “lepra”. Envoltos por um denso e complexo imaginário, a doença sempre se viu circundada por uma série de práticas sociais que aspiravam a bani-la do universo do visível. E, uma vez que a possibilidade de cura da enfermidade só começou a ser vislumbrada com o advento das sulfonas nos anos 1940, essa aspiração se converteu, muito freqüentemente, na segregação e eliminação das pessoas por ela acometidas.

Historicamente, os então cognominados “leprosos” foram submetidos a práticas desrespeitosas que iam da expulsão de suas comunidades à incineração de seus bens ou à realização de experiências terapêuticas sem qualquer poder curativo¹. Apartados de suas famílias, caçados a laço nas ruas e obrigados a usar símbolos que os identificassem, esses sujeitos viram-se, ao longo dos séculos e em diferentes culturas, marginalizados e oprimidos². Sem conseguir trabalho, enfraquecidos pelas conseqüências físicas e simbólicas da doença e vilipendiados publicamente, tornaram-se não apenas estigmatizados, mas também suscetíveis à auto-estigmatização³. Eles foram, assim, transformados em um grupo delineado por atributos extrema-

¹ A esse respeito, vale citar as mirabolantes dietas à base de carne de cobra (Carvalho, 2004), as insuportáveis ingestões de óleo de *chaulmoogra* (Monteiro, 1995; Gould, 2005) e a utilização das máquinas de indução de febre, que chegavam a temperaturas próximas a 80 graus centígrados (Gould, 2005).

² Cf. Gould (2005), Carvalho (2004), White (2001), Monteiro (1995), Kakar (1998), Béniac (1997), Bakirtzieff (1994), Claro (1995), Richards (1993), Diniz (1961), Gandra Junior (1970).

³ Sobre a idéia de estigma, ver Goffman (1988).

mente negativos (EMCKE, 2000): tidos como impuros e pecadores, marginalizados pelo processo civilizatório higienizador, denegados pelos ideais hodiernos de estética e produtividade.

Contra esse quadro, diversos grupos insurgiram-se em todo mundo, propondo a ampla reinserção social dos enfermos – o que envolve lutas simbólicas e afetivas, tal como a mudança de nomenclatura (de *Lepra* para *Hanseníase*) e a construção de um outro imaginário em torno da doença, bem como de lutas econômicas e legais (HONNETH, 2003). Merecem atenção as ações coletivas dos pacientes de Carville (EUA), reunidos em torno de Stanley Stein na revista *The Star*, principalmente ao longo das décadas de 1930-1960, bem como os integrantes da IDEA (*International Association for Integration, Dignity and Economic Advancement*), que, desde 1994, aglomera diversas associações que atuam em defesa dos hansenianos.

No Brasil, destaca-se o Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase), fundado em 1981 no interior do estado de São Paulo. Esse coletivo tem buscado chamar a atenção da sociedade e das autoridades governamentais para a questão da hanseníase. Palestras, shows, campanhas de mídia, um jornal impresso, debates acadêmicos, congressos, concertos de música, panfletagem, sessões especiais em assembleias, reuniões de conselhos de saúde, uma central telefônica, cursos profissionalizantes e peças teatrais são apenas alguns exemplos das estratégias de que o movimento já se utilizou para deslocar representações negativas e construir outras que impeçam a degradação do valor dos portadores de hanseníase.

Importante ressaltar que o Morhan sempre atentou para a importância da mídia, colocando-a no fulcro de suas ações. Vale mencionar ainda que uma das primeiras recomendações do movimento (logo de sua fundação) foi a vigilância permanente sobre a mídia para a detecção de preconceitos. Outra recomendação era a de buscar a expressão por meio dos veículos de comunicação, a fim de gerar informações sobre a hanseníase e sobre as reivindicações do grupo. Dessa forma, o movimento busca tanto criar situações noticiáveis para atrair a atenção dos veículos da grande mídia (TRAQUINA, 2001),

como construir suas próprias produções midiáticas — campanhas publicitárias, jornais, cartazes e rádios. Por meio dessas produções, o Morhan pode iniciar diálogos públicos, consolidar sua identidade, solidificar determinados *frames* e “traduzir” seus argumentos para a sociedade em geral.

É nesse sentido que nos propomos a olhar para uma das produções da instituição: o *Jornal do Morhan*. Nosso interesse é vislumbrar o potencial de tal veículo nas lutas estabelecidas pelo movimento. Percebemos que o periódico tem relevância nodal, não apenas porque permite a publicização das reivindicações de pessoas atingidas pela hanseníase, mas, principalmente, porque possibilita o estabelecimento de uma série de interlocuções (internas e externas), por meio das quais as próprias reivindicações são forjadas. A troca de argumentos que ocorre no jornal — bem como em uma diversidade de outros âmbitos de interação — viabiliza a construção de propostas robustas e passíveis de defesa pública. Posto isso, iniciaremos nossa discussão com algumas considerações sobre a idéia de mídia comunitária e sobre seu papel no interior de movimentos sociais, a partir de um enfoque deliberacionista. Passaremos, então, a uma breve descrição do *Jornal do Morhan*, seguida da análise de uma temática específica que ganhou espaço nas páginas da publicação: os debates sobre a implantação do esquema poliquimioterápico (PQT) no Brasil.

A metodologia adotada para a realização de tal análise envolveu quatro passos. Em um primeiro momento, coletaram-se todas as edições do *Jornal do Morhan*. Tal coleta deu-se por meio do estabelecimento de contatos no interior do movimento, incluindo buscas em arquivos pessoais e institucionais nas cidades de Betim (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Bernardo do Campo (SP)⁴. Dessa maneira, tivemos acesso a 38 das 43 edições já publicadas. De posse dos jornais, iniciamos uma leitura cuidadosa de todos os exemplares, catalogando todas as temáticas tratadas e sintetizando as linhas gerais de cada

⁴ Uma coleção contendo todas as edições ainda não foi encontrada, sendo que nem a Coordenação Nacional (Rio de Janeiro) nem a sede histórica do Morhan (São Bernardo) a possuem.

matéria. Finda essa tarefa, voltamos a todos os textos que tratavam da implantação da PQT no Brasil e procedemos a um levantamento dos *enquadramentos* apresentados em cada um desses textos⁵. Em seguida, buscamos apresentar esses enquadramentos em ordem cronológica de modo a delinear o desdobramento do debate no interior da própria publicação. Para tanto, apoiamos-nos em alguns princípios da análise *argumentativa* sugerida por Philippe Breton (2003). A idéia é ressaltar a discussão que se processa no jornal e que está na base das posições assumidas pelo movimento.

1. Mídia comunitária e deliberação

Entendemos por mídia comunitária todo tipo de discurso mediado por tecnologias da comunicação e dirigido a audiências espacialmente distantes, que seja regido por uma lógica não-mercadológica e produzido por um grupo de pessoas que partilham um conjunto de valores. Trata-se de uma ampla gama de produções (jornais impressos, rádios, peças videográficas), que visam a pluralizar o universo de discursos publicamente acessíveis, colocando em cena atores e perspectivas que, tradicionalmente, permanecem em uma condição de invisibilidade simbólica. Como assinala Cicília Peruzzo (2003, p.2), os meios comunitários voltam-se, sobretudo para a mobilização social e a educação informal, trabalhando “com pautas de interesse mais específico de segmentos sociais (assuntos dos bairros, do trabalho, de movimentos sociais, questões de violência, esclarecimentos quanto aos perigos relacionados às drogas e outras problemáticas de segmentos sociais excluídos)”.

Nossa definição aproxima-se da idéia de *mídia radical* defendida por John Downing, qual seja a “mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas

⁵ Sobre a noção de *enquadramento* e análises nela baseadas, ver Goffman (1986), Gamson (1992), Gamson e Modigliani (1989), Entman (1993), Snow et al (1986), Mouillaud (2002), Porto (2004), Silveirinha (2005).

hegemônicas” (DOWNING, 2002, p. 21). Além disso, esse tipo de produção simbólica se caracteriza por um processo de construção mais horizontalizado (em que diversos sujeitos têm a oportunidade de intervir no produto final). “Quem produz (cria, fala, redige, edita, transmite etc) as mensagens não é necessariamente um especialista, o profissional de comunicação, mas o cidadão comum” (PERUZZO, 2003, p. 8). Destaca-se, ainda, que essas produções simbólicas são marcadas por uma defesa pública da noção de *bem comum*, entendida de maneira não substancial. Afinal, tais meios têm “como força motriz a meta de contribuir para o desenvolvimento comunitário como forma de ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania” (PERUZZO, 2003, p. 8).

A mídia comunitária, não pode ser entendida, simplesmente, como um veículo para a exposição de reivindicações. Como apontam Lima et al (2006), a visão de que esses bens simbólicos são apenas instrumentos para que os *militantes* digam o que pensam sobre o mundo é equivocada e, analiticamente, pouco eficiente. Tal perspectiva militante evidencia mais uma aplicação do problemático paradigma informacional da comunicação, que é marcado pelas idéias de unidirecionalidade e mecanicismo. Como assinalam Quéré (1982; 1991) e França (2002), nesse paradigma, a comunicação é concebida como simples transmissão de mensagens de um emissor a um receptor, sendo que sujeitos, intenções e conteúdos são vistos como se estivessem dados *a priori*. Subentende-se, ainda, que a linguagem teria o papel de simplesmente representar um mundo dado.

Um modelo heurístico mais profícuo é aquele que pensa a comunicação – incluindo-se aí suas formas mediatizadas – a partir de um enfoque relacional. Nessa perspectiva, as narrativas midiáticas não seriam mensagens a serem transmitidas para uma audiência, mas um espaço de encontro, trocas e tensões. De acordo com Braga (2001), nos espaços discursivos cunhados pelo *sistema dos media* (e, aqui, nosso olhar se volta especificamente para as produções comunitárias), instauram-se interações. Para ele, o que caracteriza a interação mediada é a existência “de uma produção objetivada e durável, que viabiliza uma comuni-

cação diferida no tempo e no espaço, e permite a ampliação numérica e a diversificação dos interlocutores” (BRAGA, 2001, p. 119). Vale destacar, ainda, que “em um modelo de interatividade como processo mediatizado as interações se complexificam e envolvem (além de algumas possibilidades ‘entre interlocutores’) interações homem/produto e homem/meio-de-comunicação” (BRAGA, 2001, p. 116). A interatividade não se restringe a formas diretas de interlocução (como o envio de cartas ao jornal), mas emerge, em um processo amplo e generalizado, nas interações sociais.

Nesse sentido, pode-se entender um jornal comunitário como um espaço de encontros – sejam eles conflituosos ou de reforço da solidariedade. Trata-se, em suma, de um ambiente discursivo forjado a partir de várias interações e que continua a encetar interações à medida que coloca atores em contato e possibilita o cruzamento de proferimentos que, de outro modo, não se veriam sobrepostos. Por meio desses veículos, estabelecem-se interlocuções múltiplas e variadas, as quais são essenciais para a própria existência da coletividade em questão.

No caso que nos interessa – qual seja, o dos movimentos sociais – nota-se que a constituição do coletivo é permanentemente reconfigurada a partir de múltiplas interações (MELUCCI, 1996; KLANDERMANS, 1992). Percebendo que os movimentos sociais só adquirem existência a partir de variados intercâmbios entendemos que o jornal comunitário emerge como um elemento de extrema relevância. É ele que permite, em diversos casos, que membros de um movimento mantenham contato uns com os outros e saibam sobre as ações realizadas por outros membros. O jornal possibilita que alguns representantes do grupo tomem conhecimento dos argumentos empregados por outros, bem como das estratégias por eles adotadas. Além disso, ele permite a consolidação de quadros de interpretação da realidade⁶, os quais são essenciais para a formação da identidade coletiva e de uma

⁶ Aquilo que Goffman (1996) chama de *frames*, Hall (2003) de *mapas culturais*, Adriano Rodrigues (1994) de *quadros de referência* e Berger e Luckmann (1985) de *quadros de interpretação*.

semântica partilhada (MELUCCI, 1996). Nas páginas da publicação, os sujeitos podem, também, questionar-se diante da coletividade, levando à reconsideração de certas opiniões e à reorientação do movimento, em alguns casos.

Cabe destacar, todavia, que a fala materializada em um jornal comunitário não pode ser entendida como uma simples “pregação aos convertidos”. Por mais que ela seja prioritariamente voltada para um público interno que já partilha certas perspectivas de entendimento do mundo, ela também tem a intenção de ser uma fala pública, capaz de atingir outros atores sociais. Isso porque os conflitos sociais moralmente motivados requerem a interação com a sociedade como um todo. Jeffrey Alexander destaca esse aspecto quando afirma que, para conquistar legitimidade ante o maior número de pessoas, movimentos sociais precisam “falar diretamente à ‘sociedade’ em nome de um interesse particular” (ALEXANDER, 1998, p. 25). Uma vez que se tem em mente os constrangimentos espaciais e discursivos impostos pela mídia convencional⁷, parece claro que a criação de veículos de comunicação auto-regidos pode criar possibilidades efetivas de expressão pública. Possibilidades essas que não apenas fortalecem o grupo em questão, mas o próprio processo democrático de uma forma geral, como lembra Bohman (1996).

Na mesma direção, autores como Downing (2002), Thompson (1998) e Curran (2000) ressaltam a importância de veículos comunitários para garantir o pluralismo e a diversidade necessários à democracia. A existência de múltiplas formas de mídia favoreceria a pluralização da *esfera pública*⁸, permitindo a emersão social de novos “enquadramentos” sobre a realidade.

⁷ Cf. Tuchman (1991), Traquina (2001), Thompson (1998), Blumler e Gurevitch (2001), Curran (2000), Bohman (1996), Maia (2004).

⁸ A idéia de Esfera Pública é aqui compreendida segundo a acepção de Habermas (1984; 1987; 1992; 1997) como o âmbito público da troca de argumentos públicos do qual advém a formação de uma opinião pública, bem como o esclarecimento recíproco dos cidadãos. Essa esfera é atualizada em uma série de instâncias discursivas que, embora temáticas e compostas por um público restrito, intersectam-se dando existência a um âmbito discursivo virtualmente ilimitado e voltada para o *bem comum*.

Enquadramentos esses que podem vir a ser discutidos pelos sujeitos em suas relações cotidianas. As mídias comunitárias abrem, assim, brechas para que sujeitos tradicionalmente invisíveis na cena pública rompam o limiar mínimo de participação, ao possibilitar que tematizem suas questões.

Pensadores que se dedicam a explorar a questão do reconhecimento apontam a importância de indivíduos ou grupos que são alvo de preconceito e injustiça exercerem o direito democrático de discutir e de buscar transformar regras em voga na comunidade política (HONNETH, 2003; TAYLOR, 1994; FRASER, 1997, 2003; TULLY 2000; EMCKE, 2000; MARKELL, 2000; HABERMAS, 1994). Jornais comunitários podem ser entendidos, assim, como formas contundentes de iniciar interlocuções e convocar outros atores a se posicionarem. Aqueles indivíduos e grupos que sofrem de exclusão somente podem “elaborar sua nova linguagem por meio da conversação em sentido amplo, isto é, por meio de alguma espécie de intercâmbio com outras pessoas” (TAYLOR, 1997, 57). A demanda por reconhecimento só é legítima se for mútua. Ela deve levar em consideração as contraposições de outros membros da sociedade, mostrando-se aceitável (e desejável) para a coletividade como um todo (TULLY, 2000, p. 475). Por meio dos jornais comunitários, grupos sociais podem apresentar justificativas contra padrões de reconhecimento em vigor e razões para a alteração deles. Podem, também, possibilitar o choque público de argumentos, capaz de gerar um aperfeiçoamento dos mesmos.

Esse é o aspecto que desejamos frisar no presente artigo. Buscamos entender as falas e os argumentos que perpassam o *Jornal do Morhan* como lances discursivos de uma ação social mais ampla. Trata-se de um processo contínuo e aberto de discussão – envolvendo o direito do dissenso e a tarefa de considerá-lo –, o qual se aproxima da idéia de deliberação pública, em voga nas ciências sociais contemporâneas⁹. Calçada

⁹ Cf. Bohman (1996), Dryzek (2000, 2004), Benhabib (1996), Habermas (1997), Cohen (1996; 1997), Gutmann e Thompson (2003; 2004), Fung (2005), Cooke (2000), Shapiro (2003), Avritzer (2000), Maia (2004)

no conceito habermasiano de *esfera pública* e na noção de uso público da razão, que remonta a Kant e toma seus próprios caminhos em Habermas e Rawls, a noção de deliberação pública busca sugerir princípios morais, substanciais e procedimentais para os processos coletivos de tomada de decisão e configuração de significados. Sob pena de simplificarmos o conjunto de conceitos que a embasam, podemos sintetizar tal noção como a justificação mútua de pontos de vista, de modo intersubjetivamente vinculante, em um “toma lá dá cá” argumentativo. De forma abstrata, as deliberações se configuram, pois, como “redes de discursos” que encampam vozes de diversos atores, num vai-vem argumentativo que envolve diferentes âmbitos interativos.

Autores como Fung (2005), Shapiro (2003) e Cooke (2000) ressaltam que a deliberação é um instrumento político que propõe uma forma participativa de tomada de decisão e que pode gerar uma série de ganhos. Para Fung (2005), alguns dos principais argumentos a favor da deliberação dizem respeito à possibilidade de expansão das perspectivas dos participantes, ao fomento de uma auto-reflexividade que aprofunda a autonomia pessoal e ao desenvolvimento de valores políticos em voga. Cooke (2000) e Benhabib (1996) também assinalam que a deliberação pode dar origem a um conhecimento mais complexo, já que a troca de proferimentos esclarece os atores envolvidos no processo interlocutório. Reside aí o *valor epistêmico* da deliberação como assinalam diversos autores¹⁰. Por meio dela, pode haver uma complexificação da informação disponível.

Perceber o jornal de um movimento social como uma instância da rede deliberativa que perpassa tal ator é reconhecer sua importância para a produção das reivindicações desse movimento. A nossa suposição é que, por meio do “vai-e-vem deliberativo” fomentado pela publicação (ao lado de outras instâncias interacionais), proferimentos podem ser aperfeiçoados, de tal sorte que se tornem mais defensáveis na esfera

¹⁰ Cf. Gutmann e Thompson (2003), Ackerman e Fishkin (2003), Bohman (1996) e Benhabib (1996).

pública. O permanente choque de discursos pode levar a um enriquecimento dos argumentos, à medida que as visões de vários atores são consideradas. Dessa maneira, os argumentos se distanciam de pessoas e contextos específicos, tornando-se mais densos e abrangentes. Eis a idéia de comunicação sem sujeito, proposta por Habermas.

Na mesma linha, autores como Seyla Benhabib (1996), Simone Chambers (1996), James Bohman (1996) e John Dryzek (2004) defendem que a colisão entre diferentes perspectivas pode fazer emergir uma comunicação anônima que não pertence a nenhum sujeito em particular. Na medida em que a constelação discursiva disponível na esfera pública permite o cotejamento e o embate de argumentos, podem-se produzir perspectivas que ultrapassam as posições de atores específicos (DRYZEK, 2004)¹¹.

É importante perceber que, no caso das lutas sociais, a grande riqueza dessa generalização da comunicação reside no fato de ela contribuir para a superação das chamadas “desigualdades deliberativas”¹². Se, como alerta Bohman (1996), a prática da deliberação sempre envolve sujeitos dotados de capacidades díspares, essas assimetrias podem se ver superadas por meio de processos interlocutivos coletivos. Diferenças de habilidade de comunicação ou de acesso à esfera pública, por exemplo, podem ser reduzidos à medida que os indivíduos se inserem em uma coletividade e debatem suas questões visando a produzir argumentos mais consistentes e formas para expressá-los. Veículos comunitários de comunicação tomam parte nesse processo tanto porque fomentam o debate, como também porque permitem a sua publicização.

Nesse sentido, e tomando o *Jornal do Morhan* como um espaço de encontro de sujeitos e de troca argumentativa, buscamos analisar, nas edições da publicação, as discussões que ocorreram em torno de uma questão específica (a implantação do esquema

¹¹ Sobre essa discussão, ver Mendonça (2006).

¹² Para uma abordagem da noção de desigualdades deliberativas, cf. Mendonça e Maia (2006)

poliquimioterapia no Brasil). É o que apresentaremos na próxima seção, após uma sucinta apresentação do *Jornal do Morhan*.

2. *Jornal do Morhan* e o debate da PQT

O *Jornal do Morhan* é uma publicação impressa produzida pelo Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase desde 1982. O veículo nasceu em papel jornal e formato tablóide, sendo que, na década de 1990, seu projeto gráfico passou por sucessivas transformações: edições em tamanho A4 e tablóide se alternam, sendo o papel branco adotado em todas elas. Em 2004, o jornal torna-se colorido. A periodicidade e o número de páginas, bem como a tiragem, variam bastante ao longo dos anos¹³.

Outro aspecto que se transforma são a extensão e o aprofundamento das matérias nele presentes. Em um primeiro momento, sobretudo na década de 1980, os textos são longos e impressos em fontes de tamanhos bastante reduzidos. Com a tentativa de garantir maior legibilidade, as matérias vão se tornando mais curtas e o tamanho da fonte aumenta consideravelmente. Essa transformação é acompanhada por um movimento de externalização do jornal. Se, no início, a publicação era predominantemente voltada para o público interno – a ponto de o próprio cabeçalho do periódico explicitar isso¹⁴ – aos poucos ela passa a ser distribuída junto a públicos externos, visando até a leitores de outros países.¹⁵

No que se refere às seções do periódico, a maioria das edições reserva um espaço para a publicação de cartas dos leitores,

¹³ O jornal inicia com a proposta de ser trimestral, mas as edições não acompanham o cronograma original. Os anos de 1992, 1994 e 2003, por exemplo, não contam com edição alguma. No que concerne ao número de páginas, observa-se que a maior edição contou com 24, sendo que as menores tiveram oito. A tiragem não é explicitada no expediente da maioria das edições. Segundo membros do Morhan, ela gira em torno de dez mil exemplares.

¹⁴ Até 1985, logo abaixo do nome do jornal, podia-se ler a frase: “Órgão de divulgação *interna* do Movimento de Reintegração do Hanseniano” (grifos nossos). Na edição de número 07, a palavra *interna* é excluída.

¹⁵ Ilustrativas, nesse sentido, são as edições bilíngües no final da década de 1990.

uma seção para artigos de especialistas e várias matérias com teor educativo sobre questões de saúde (prevenção, contágio, tratamento, modos de evitar seqüelas e cura da hanseníase). Também há diversas notícias de ações organizadas pelos núcleos do movimento, com incentivos para que uns entrem em contato com os outros. Além disso, há sempre matérias sobre as ações da coordenação nacional. Muitos textos tratam dos Encontros Nacionais do Movimento, abordando desde aspectos organizacionais até as lutas políticas que se passam no interior deles. Finalmente, é importante citar a presença de editoriais que aprofundam temáticas e de reportagens factuais sobre eventos, debates, leis, conjuntura sócio-política, conquistas obtidas, denúncias de preconceito e decisões do movimento.

Neste artigo, interessamo-nos, especificamente, pelos textos que abordaram a implantação do esquema terapêutico poliquimioterápico (PQT) no Brasil¹⁶. Este se configura como uma combinação de medicamentos – a “multidroga” – capaz de destruir os bacilos e impedir o processo de transmissão¹⁷. Indicado, oficialmente, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 1981, o regime terapêutico sofreu duras críticas no país, só vindo a ser adotado em algumas unidades-piloto entre 1985-1987. Segundo a própria Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária (DNDS), em documento de 1982, havia vários argumentos contrários à adoção da PQT no Brasil, tais como: (1) risco de efeitos colaterais con-

¹⁶ A descoberta da cura da hanseníase teve início no começo da década de 1940, quando Guy H. Faget tornou-se o médico responsável pelo Leprosário Nacional dos Estados Unidos em Carville (Louisiana). Ele iniciou uma série de testes com uma droga que vinha obtendo resultados no combate à tuberculose (*Promin*), obtendo sucesso também no combate à hanseníase. Ao longo das décadas de 1950-70, surgiram outras drogas que aumentaram as possibilidades de cura e reduziram o tempo de tratamento.

¹⁷ A *Dapsona* tem um efeito bacteriostático, dividindo bactérias e reduzindo a carga bacilífera do paciente. Ela também reduz inflamações e a vermelhidão das manchas da pele. A *Rifampicina*, introduzida posteriormente em virtude do surgimento de indivíduos resistentes à dapsona é bactericida. Por fim, a *clofazimina* é bacteriostática e anti-inflamatória, sendo bastante eficaz nos chamados processos de *reação*, em que os sintomas são agravados, à medida que o corpo busca combater os bacilos.

sideráveis; (2) eficácia não comprovada; (3) falta de informações sobre as drogas; (4) custos muito altos; (5) existência de entraves operacionais (VELLOSO; ANDRADE, 2002). Foi somente na década de 1990, que a PQT se firmou como a modalidade oficial de tratamento em todo o território nacional.

Como se nota, a implantação da multidroga deu-se em um processo complexo e conturbado. As páginas do *Jornal do Morhan* se inseriram nesse debate, valendo acompanhar o desenrolar da discussão, por meio dos principais argumentos mobilizados.

A) O governo não tem estrutura e atropela o processo

Logo em março de 1986, a capa do periódico já expõe a posição oficial adotada inicialmente pelo *Morhan*: “Sem estrutura, governo implanta a multidroga” (JM, n. 10, 1986, p. 1). Uma extensa matéria detalha a posição da entidade naquele momento. O texto defende que, embora a multidroga viesse apresentando resultados satisfatórios em muitos países, no Brasil ela não poderia funcionar, já que nem o tratamento tradicional monossulfônico (mais barato) tinha condições para operar. “É possível um País que ainda nem resolveu problemas como a distribuição de tradicionais drogas conseguir aplicar corretamente um tratamento que exige um número maior de medicamentos?” (JM, n. 10, 1986, p. 8). A matéria cita diversos dados para mostrar que o governo não tem controle sobre a situação da hanseníase. Ainda que vista como luz no fim do túnel por muitos, a PQT “para o *Morhan* não pode ser considerada assim até que os governos estadual e federal dêem maior atenção à hanseníase e decidam investir, de forma concreta, implementando políticas que resultem em uma Política Nacional de Hanseníase” (JM, n. 10, 1986, p. 8).

Vale mencionar que, nesse período, o discurso do movimento é caracterizado por uma forte oposição ao governo (e ao Estado, de uma forma geral) visto geralmente como opressor. Isso ajuda a entender as acusações de negligência e de equívocos na avaliação dos métodos de tratamento. A matéria lembra que os técnicos da OMS

colocaram como condição para o sucesso do tratamento a criação de uma grande infra-estrutura. Segundo documentos, há necessidade de ampliar recursos humanos, criar novos laboratórios com pessoal treinado para baciloscopia e provas de toxicidade, garantir fornecimento contínuo de medicamentos (JM, n. 10, 1986, p. 9).

Ainda segundo o texto, o próprio Ministério da Saúde teria seguido uma trajetória mais democrática quando do momento de avaliação da multidroga, antes de “atropelar” o processo e tentar implantá-la a qualquer custo. Para dar mais legitimidade ao argumento de que o país não estaria pronto para a PQT, uma carta apresenta uma série de denúncias em relação ao descaso das “autoridades” em uma cidade de Mato Grosso, onde faltariam medicamentos, pessoal capacitado, materiais de consumo e limpeza, bem como salários para os funcionários.

A posição colocada quase que como uníssona nessa edição do jornal recebe contra-argumentos e manifestações de apoio no número seguinte da publicação (setembro/1986). Toda a seção de opinião da edição 11 é dedicada ao tratamento da questão, apresentando cartas de três médicos.

B) Contra-argumento: O governo não atropela o processo

Na primeira carta de resposta às críticas do Morhan, Maria Leide de Oliveira — então diretora da DNDS — afirma que as decisões do Ministério da Saúde são tomadas democraticamente, e se propõe a “esclarecer alguns equívocos colocados na reportagem anterior sobre esse tema” (JM, n. 11, 1986, p. 2). No texto, a médica contesta a idéia de que a implantação da PQT teria sido tomada de forma atropelada. Ela afirma que a proposta havia sido discutida por 159 técnicos, contando, inclusive com a participação de membros do Morhan. Defende, também, que o processo de descentralização do tratamento já estaria em curso e alega que a multidroga só estava sendo implantada em unidades-pólo, “obedecendo rigorosamente aos critérios de planejamento e avaliação em todas as fases do processo” (JM, n. 11, 1986, p. 2). Oliveira argumenta, ainda, que a DNDS atua junto à coordenação do Morhan na discus-

são dos aspectos sociais da hanseníase em diversos foros. E conclui mudando a acusação de direção:

se houve **atropelo**, vamos convir, não foi da SNPES/DNDS que estão abertas para qualquer informação que realmente possa contribuir para que os leitores do jornal tomem conhecimento da condução que estamos dando ao Programa de Controle da Hanseníase no País (JM, n. 11, 1986, p. 2).

A estratégia argumentativa empregada pela coordenadora da DNDS não contesta as acusações de problemas estruturais do Estado, mesmo porque tal enquadramento teria grande dificuldade de aceitação pelos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Em vez disso, Oliveira questiona a idéia de que o governo estaria agindo de maneira atropelada, contestando não só essa afirmação (dada à ampla discussão pela qual passou a proposta), mas também a autoridade do Morhan para fazê-la (visto que a entidade teria participado de tais discussões). De forma indireta, a médica deixa a entender que quem estaria agindo de modo precipitado seria o próprio movimento ao publicar informações pouco fundamentadas e que não trazem contribuições para os leitores.

C) Reforço da idéia inicial: a desorganização e o descaso governamentais

Logo abaixo da carta de Oliveira, o Morhan publica uma nota em resposta, alegando que só é convidado a discutir as questões sociais da hanseníase, mas que não fora chamado para pensar o processo de descentralização do atendimento de saúde. Também afirma que trabalhará pela hanseníase, “sempre seguindo um pensamento de Alice Tibiriçá, de 1936: ‘Com o governo, se preciso, sem o Governo se possível, contra o Governo se necessário’” (JM, n. 11, 1986, p. 2).

Outras duas cartas são reproduzidas na mesma página. Ambas dão suporte à posição do Morhan, reafirmando as acusações previamente levantadas contra o governo. Na primeira delas, o médico César Bernardi — chefe do Serviço de Dermatologia Sanitária da Secretaria de Saúde do Rio Grande do

Sul – denuncia o governo por destinar poucos recursos à doença. Ele afirma que “vivemos o caos total em relação à Hanseníase. Não sabemos ao certo nem quantos doentes possuímos” (JM, n. 11, 1986, p. 2). Ele prossegue com uma linha de argumentação totalmente congruente àquela apresentada pelo movimento “Não conseguimos fixar médicos em áreas endêmicas, de grande extensão e ausência de redes sanitárias, mas pensamos em sofisticadas formas de tratamento” (JM, n. 11, 1986, p. 2). Bernardi critica a falta de informações sobre a multidroga e indaga-se sobre a existência de infra-estrutura para sua implantação no Brasil.

A última carta da página, de Sérgio Tarlé – presidente de Associação Brasileira de Hansenologia – vai na mesma direção. Ainda que recomende a implantação da PQT o médico pondera que esta deve ser feita com cuidado. Ele acredita que as dificuldades para uma adoção imediata da multidroga são muito grandes, destacando-se o baixo poder aquisitivo da maioria dos hansenianos (que inviabiliza visitas periódicas a médicos) e as deficiências das equipes de saúde. Tarlé afirma, contudo, que, aos poucos, o país poderia superar tais problemas.

Desde que o Governo ofereça condições satisfatórias de atendimento, com descentralização das atividades ao maior número possível de unidades de saúde do interior dos Estados, bem como propiciando aprimoramento de sua infraestrutura com equipes de saúde, medicamentos e possibilidade de realização de exames laboratoriais necessários ao desenvolvimento da programação [...] teremos condições de implantar, gradativamente, o esquema terapêutico multidroga (JM, n. 11, 1986, p. 2).

A trajetória argumentativa adotada por esses dois médicos, bem como a oficialmente sustentada pelo *Morhan*, mostra a adoção de um *frame* de fácil aceitação: a desorganização e o descaso das entidades governamentais. Não se fazem muitas críticas diretas à “multidroga”, ainda que houvesse poucas informações sobre ela. Além disso, nada se diz sobre concepção de cura que embasa tal esquema terapêutico, a qual considera saudável o indivíduo que não transmite a doença e não aquele que vive um quadro de bem-estar físico e psicológico.

Se, como propõe Philippe Breton (2003), a argumentação passa pela construção de um enquadramento geral, a partir do qual se estabelece um vínculo, nota-se que a estratégia argumentativa aqui observada parte de um *quadro* já consolidado (a desestruturação do governo) para apresentar um argumento de “vínculo dedutivo causal”. É porque não tem estrutura que o governo não pode pensar em implantar a PQT. Esse argumento é facilmente defendido na esfera pública, porque encontra a *ressonância* necessária em uma série de outros contextos.

D) O problema da produção dos medicamentos

Outro aspecto discursivo que perpassa o debate em torno da poliquimioterapia aparece no *Jornal do Morhan* na edição de janeiro de 1988. A matéria – intitulada “Medicamentos: o Brasil continua na dependência tecnológica” (JM, n. 13, 1988, p. 7) – afirma que o principal elemento do programa de controle da doença é a multidroga, mas que o país depende das multinacionais para produzi-la. Critica-se o fato de todos os remédios usados na PQT chegarem quase prontos ao Brasil. O texto cita o código de propriedade industrial brasileiro para defender que medicamentos não necessitam de registro. Alega-se que o país é capaz de produzir os medicamentos e precisa fazê-lo até para superar as crises de abastecimento.

Talvez seja difícil a médio prazo alcançar uma autonomia tecnológica completa no setor da chamada química fina, onde está incluída a quimiofarmacêutica, mas em relação aos processos industriais que levam à produção de medicamentos imprescindíveis para o controle de grandes problemas sanitários, como o da hanseníase, cometem um delito de lesa-pátria todos os que não se empenham na resolução cabal da dependência tecnológica (JM, n. 13, 1988, p. 7).

Interessante observar como, nesse momento, a implantação da multidroga não é sequer problematizada. A crítica às dificuldades de distribuição das drogas não é mais dirigida ao governo, mas às multinacionais que visariam apenas ao lucro, em detrimento da qualidade de atendimento. O movimento parece abrandar o tom de crítica ao governo e propor um

enquadramento de ampla ressonância no período (que via o renascimento da democracia no Brasil): o nacionalismo.

E) *A PQT como chance de reestruturação dos serviços de saúde*

A problematização da multidroga volta a ganhar as páginas do jornal na edição 14 (junho de 1988) do *Jornal do Morhan*. Em matéria de uma página, critica-se, uma vez mais, a implantação da multidroga, dado o caráter “sofrível” dos serviços de saúde no país. Afirma-se que não há informações sobre os resultados de tal experiência e que a “*implantação em massa poderá trazer graves conseqüências*” (JM, n. 14, 1988, p. 6). Novamente, a DNDS é repreendida por realizar a implantação abruptamente. Apesar da sustentação de todas essas críticas, o texto faz uma série de elogios à multidroga e abrandando o teor de suas propostas. A passagem a seguir é ilustrativa, nesse sentido:

No bojo destas considerações, entendemos ser a proposta da MDT importante não só como novo método terapêutico. Sua implementação deve ser pensada como um momento de reorganização, como estratégia para a melhoria global do atendimento (JM, n. 14, 1988, p. 6).

Afirma-se, também, que a “estratégia inicial da DNDS de obter recursos para garantir a implantação gradual, garantindo-se a competência e efetividade, pareceu-nos correta”. Com essas considerações, o *Morhan* mostra que defende a implantação da PQT e que realmente concordava, quando do momento das discussões com a idéia de uma implantação gradual. Em vez de propor a não utilização das drogas recomendadas pela OMS, sugere que elas sejam adotadas e sirvam como instrumento para a reorganização do atendimento de uma forma geral. Como se nota, o argumento, ainda que sustentado nas mesmas premissas críticas, sofreu um deslocamento. Deslocamento esse que não apenas responde à fala da diretora da DNDS (Maria Leide de Oliveira) que afirmava que o *Morhan* participara da concepção do método de implantação, mas também constrói uma idéia publicamente muito consistente, que pode ser assim traduzida: vamos usar o melhor medicamento disponível para reestruturar os serviços que eram, então, vistos como de baixa qualidade.

Publicamente forte, a posição do *Morhan* evidencia, também, a ambigüidade que embasa o próprio debate. O título de um artigo publicado na edição de outubro de 1990 explicita esse aspecto: “*A faca de dois gumes*” (JM, n. 18, 1990, p. 2). Mais uma vez, é sustentada a idéia de que a multidroga só deve ser implantada caso haja condições. Nesse artigo, a linha argumentativa ganha, todavia, nova direção, na medida em que se defende o direito à informação do paciente.

F) O sujeito em primeiro lugar: a PQT deve vir acompanhada de outros cuidados

A idéia levantada pela defesa ao direito de informação é aquela que busca colocar a pessoa como prioridade. Se há riscos de efeitos colaterais, o indivíduo deve ser avisado, porque é preciso colocar a vida dele em primeiro lugar.

Acontece que alguns técnicos acham mais importante ‘caçar’ o bacilo do que curar o doente [...] A gente compreende que a vida humana em nosso País anda meio em baixa, haja vista as milhares delas que estão procurando sobreviver cavucando latas de lixo. Entretanto, aquelas que a gente puder defender, a gente vai defender (JM, n. 18, 1990, p. 2).

Ao colocar a pessoa atingida pela hanseníase no foco da discussão sobre a PQT, o *Morhan* dá uma guinada que também pode ser observada em outra matéria da mesma edição. Nela, o movimento reconhece a eficácia da multidroga, mas levanta a existência de: (1) questões éticas – “*respeito ao desejo do paciente [...] em aderir a essa terapia*” (JM, n. 18, 1990, p. 8); (2) sociais — “*dificuldades do paciente em comparecer mensalmente à Unidade de Saúde*” (JM, n. 18, 1990, p. 8); e (3) operacionais – necessidade de recursos humanos e materiais para Vigilância Epidemiológica. O texto afirma que falta “*vontade política*” para implantar esse “*tratamento adequado*” e se diz indignado com a demissão de Maria Leide de Oliveira e de sua equipe, “*que estavam realizando um belíssimo trabalho à frente da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária*” (JM, n. 18, 1990, p. 8). Nota-se que a adversária de outrora aparece como a aliada de agora.

Além disso, o foco argumentativo é colocado sobre os sujeitos. É preciso pensar neles, respeitar seus desejos, centrar a atenção na complexidade deles. No que se refere à PQT, ela é vista como o “tratamento adequado”, que deve ser acompanhado por outras políticas sociais para que não se torne simples dedetização (JM, n. 20, 1993, p. 6-7). O problema não é mais a falta de estrutura para implantar a multidroga, mas a falta de assistência ao enfermo como um todo, entendido como “sujeito”, com necessidades diversas. A PQT possibilita a cura, “porém, seria bom se os nossos governantes não estivessem preocupados só em diminuir o número de doentes, e oferecessem um acompanhamento adequado, em todos os sentidos” (JM, n. 23, 1997, p. 4).

Considerações finais

Essa breve sistematização de lances discursivos emitidos em torno da implantação da multidroga no Brasil teve por finalidade a observação do papel que um jornal comunitário pode desempenhar nos processos interlocutórios que estão no alicerce de um movimento e de suas reivindicações. Entendemos que essa mídia é um espaço de interação de fundamental relevância para que os membros de um movimento social se insiram nos processos discursivos de julgamentos coletivos e definição de rumos das políticas públicas. A troca de argumentos por ela fomentada é essencial porque permite não simplesmente a expressão dos membros do movimento, mas a inserção deles em uma comunicação pública anônima, formada não por sujeitos isolados, mas, sim, pelo embate de discursos publicamente acessíveis.

As falas analisadas ao longo do presente artigo evidenciam que o ato de produzir argumentos, voltados a uma platéia a quem se deseja convencer, engendra um processo de complexificação das questões. Paulatinamente, novas facetas e perspectivas são adotadas para tratar um problema. No caso da adoção da PQT, levantou-se a questão da falta de estrutura governamental, da necessidade de ouvir as pessoas que tomarão os medicamentos, dos problemas sociais que cerceiam a eficácia do remédio, da obrigação de combiná-la com outros

procedimentos técnicos, da falta de vontade política e até da necessidade de não depender de multinacionais. Ainda que cada argumento não contenha todos os outros e nem possa sintetizar toda a questão, vai se formando uma rede discursiva que permanece como panorama contextual, evidenciando a existência das muitas dimensões de um problema.

Ao mesmo tempo, é importante perceber como cada ator tem que oferecer respostas às críticas levantadas por outros atores e defender-se publicamente de acusações. Isso fica claro não apenas quando o *Morhan* se defende, de maneira explícita, das contestações levantadas pela então diretora da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária, mas, a bem da verdade, em cada uma de suas falas. Uma vez que se tem em vista que a fala é sempre um processo relacional, fica evidente que os discursos proferidos pelo *Morhan* não apenas se voltam para outros atores, mas também os levam em consideração, produzindo argumentos que se oponham a, concordem com ou respondam a eles. O que queremos dizer é que, por mais que o debate não seja inteiramente visível no *Jornal do Morhan*, os lances discursivos que aí tomam forma demonstram a existência de uma discussão mais ampla em que faz sentido, por exemplo, lembrar que a opinião das pessoas que tomarão os medicamentos é importante.

É justamente por encetar uma série de relações sociais e por fomentar a produção de argumentos publicamente defensáveis que percebemos no *Jornal do Morhan* (como em tantos outros veículos comunitários) um ambiente privilegiado para o fortalecimento dos atores críticos. Fortalecimento esse que pode significar uma redução das desigualdades deliberativas, à medida que permite que sujeitos socialmente excluídos se insiram na cena pública como atores capazes de argumentar, seja com base em dados técnicos, seja a partir da vivência cotidiana dos problemas.

Referências

ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. *RBCS*, v. 13, n. 37, p. 05-31, junho 1998.

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**. São Paulo, n.49, p. 25-46, 2000.

BAKIRTZIEF, Z. **Águas passadas que movem moinhos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — PUC de São Paulo, São Paulo, 1994. 131 f.

BENHABIB, S. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: BENHABIB, S. (org) **Democracy and difference**. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 67-94

BÉNIAC, F. O medo da lepra. In: LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1997. p. 127-145.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BLUMLER, J.; GUREVITCH, M. Rethinking the study of political communication. In: CURRAN, J; GUREVITCH, M. **Mass media and society**. London: Arnold, 2000.

BOHMAN, J. **Public Deliberation**. Cambridge: MIT, 1996.

BRAGA, J L. Interação e recepção. In: FAUSTO NETO, A; PRADO, J. L. A; PORTO, S. D; HOHFELDT, A. (orgs.). **Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2001a. pp.109-136.

BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. 2ª. Ed. Bauru: Edusc, 2003.

CARVALHO, G. B. de. **Reis, Papas e “Leprosos”**. Belo Horizonte: Pelicano Edições, 2004. 278 p.

CHAMBERS, S. **Jürgen Habermas and the politics of discourse**. Ithaca/ Londres: Cornell University Press, 1996. pp. 90-105 e 155-172.

CLARO, L. **Hanseníase**: representações sobre a doença. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J. & REHG, W. (Eds.). **Deliberative democracy**. London: MIT Press, 1997.

_____. Procedure and substance in deliberative democracy. In: BENHABIB, S. (ed.) **Democracy and difference**. Princeton: Princeton University Press, 1996. p.95-119.

COOKE, M. Five Arguments for deliberative democracy. **Political Studies Association**. Oxford: Blackwell, vol 48, p. 947-969, 2000.

CURRAN, J. Rethinking Media and Democracy. In: CURRAN, J; GUREVITCH, M. **Mass media and society**. London: Arnold, 2000. p. 120-154.

DINIZ, O. **Nós também somos gente**: (trinta anos entre leprosos). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961. 376p.

DOWNING, John. **Mídia radical**. São Paulo: Senac, 2002.

DRYZEK, John S. **Deliberative Democracy and Beyond**: liberals, critics, contestations. New York: Oxford University Press, 2000.

DRYZEK, J. S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos. **Participação e deliberação**. São Paulo: Editora 34, 2004. pp. 41-62.

EMCKE, Carolin. Between Choice and Coercion: Identities, Injuries, and Different Forms of Recognition. **Constellations**, v.7, n^o4, 2000, p.483-495.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, 43 (4), Outono, 1993. pp. 51-8.

FRANÇA, Vera R. V. Do telégrafo à rede. In: PRADO, J. L. A. (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p. 57-76.

FRASER, N. From Distribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age. In: _____. **Justice Interruptus**. London: Routledge, 1997, pp.11-39.

FRASER, N. Social Justice in the age of identity politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition**. Londres/Nova York: Verso, 2003. p. 07-109.

FUNG, A. Deliberation before the revolution: toward an ethics of deliberative democracy in an unjust world. **Political Theory**, vol. 33, n. 2, p. 397-419, Jun/2005.

GAMSON, William. **Talking politics**. Cambridge/Nova York/Melbourne: Cambridge University Press, 1992a. 272 p.

GAMSON, William; MODIGLIANI, André. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, no. 1, julho de 1989, pp.1-37.

GANDRA JÚNIOR, Domingos da Silva. **A lepra uma introdução ao estudo do fenômeno social da estigmatização**. Tese (Doutorado em Antropologia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1970. 150f.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 7.ed. Petrópolis, Vozes: 1996. p. 25-75.

GOFFMAN, E. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4^a. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. pp. 156p.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. York: The Mapple Press, 1986.

GOULD, T. A disease apart: leprosy in the modern world. NY: St. Martin's Press, 2005.

GUTMANN, Amy and THOMPSON, Dennis. **Why Deliberative Democracy?** Princeton: Princeton University Press, 2004.

GUTMANN, A; THOMPSON, D. Deliberative democracy beyond process. In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.) **Debating deliberative democracy**. Malden: Blackwell, 2003. p. 31-53.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN, Craig. (ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. Struggles for recognition in the democratic constitutional state. In: GUTMANN, Amy (ed.) **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 107-148.

_____. **The Theory of Communicative Action**, vol 2. Boston: Beacon Press, 1987. 403p.

HALL, S. Codificação/Decodificação. In: Hall, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte/ Brasília Ed. UFMG/Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 387-404.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed. 34, 2003. 296p.

KAKAR, S. Leprosy in Índia: the intervention of oral history. In: PERKS, R.; THOMSON, A. (eds). **The oral history reader**. Londres/Nova York: Routledge, 1998.

KLANDERMANS, B. The social construction of protest and multiorganizational fields. In: MORRIS, A.D.; MUELLER, C. MC. **Frontiers in Social Movement Theory**: New Haven/London: Yale University Press, 1992. p. 77-103.

LIMA, R; FILÉ, V; ALMAS, A. Encontros na diversidade: uma conversa sobre as tendências contemporâneas em comunicação comunitária. In: LIMA, Rafaela (org.) **Mídias Comunitárias, Juventude e Cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 (no prelo).

MAIA, R. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: LEMOS, A. et al. **Livro do XII Compós – Mídia.br**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 09-38.

MARKELL, P. The Recognition of Politics: A Comment on Emcke and Tully. **Constellations**, v.7, nº4, pp.496-506, 2000.

MELUCCI, A. **Challenging Codes**: Collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, Ricardo F. Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito. **Contemporânea**. Revista de Comunicação e Cultura, Salvador, v. 4, n. 1, p. 73-98, 2006a.

MENDONÇA, Ricardo F; MAIA, Rousiley. Exclusão e deliberação: buscando ultrapassar as assimetrias do intercâmbio público de razões. **Contracampo**, Rio de Janeiro: n. 15, p. 201-218, 2ª. sem 2006.

MONTEIRO, Yara. **Da maldição divina a exclusão social**: um estudo da hanseníase em São Paulo. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. 465 f.

MOUILLAUD, Maurice. **O Jornal** — da forma ao sentido. 2ª. ed. Brasília: Editora UnB, 2002.

PERUZZO, Cicília M. K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, Belo Horizonte, NP Comunicação para a cidadania, 2003. 30f
PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, A. A. C. (org). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004. p.74-104.

QUÉRÉ, L. 1982. **Des miroirs équivoques: aux origines de la communication moderne**. Paris: Aubier Montaigne.

QUÉRÉ, L. D'un modèle épistémologique de la communication à um modèle praxéologique. **Réseaux**, n. 46/47. Paris: Tekhné, mar-abril 1991.

- RICHARDS, J. Leprosos. In: _____. **Sexo, desvio e danação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. pp. 153-166.
- RODRIGUES, A. D. **Comunicação e Cultura**. *A experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença, 1994. 231 p.
- SHAPIRO, I. Optimal deliberation? In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.) **Debating deliberative democracy**. Malden: Blackwell, 2003. p. 121-137.
- SILVEIRINHA, Maria João. O Lançamento da Moeda Europeia e os seus Enquadramentos na Imprensa. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, Rio de Janeiro, NP Comunicação para a cidadania, 2005. 14f.
- SNOW, D.; ROCHFORD JUNIOR, E. B.; WORDEN, S. K.; BENFORD, R. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Journal of Sociology**, 51: 464-81, 1986.
- TAYLOR, C. **As fontes do self**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p. 9-145.
- TAYLOR, C. The politics of recognition. In: GUTMANN, Amy (ed.) **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 25-73.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.
- TUCHMAN, G. The qualitative methods in the study of news. In: JENSEN, K.; JANKOWSKI, N. (eds.). **A handbook of qualitative methodologies for mass communication research**. London; New York: Routledge, 1991. pp. 79-92.
- TULLY, J. Struggles over Recognition and Distribution. **Constellations**, v.7, nº4, p.469-482, 2000.
- VELLOSO, A. M. P.; ANDRADE, V. **Hanseníase: curar para eliminar**. Porto Alegre: Edição das Autoras, 2002. 109 p.
- WHITE, Cassandra. **Cultural aspects of leprosy treatment in Rio de Janeiro, Brazil**. Tese (Doutorado em Antropologia) — Department of Anthropology, Tulane University, New Orleans, 2001. 480 f.